



EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: CRÍTICA AO MODELO NEOLIBERAL E PROPOSTAS PARA UMA PRÁTICA EMANCIPADORA

Douglas Schmidt

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da CAPES
douglas.schmidt@estudante.uffs.edu.br

Dra. Enise Barth

Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
enise.teixeira@uffs.edu.br

Dr. Ivann Carlos Lago

Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
ivann@uffs.edu.br

Dr. Lívio Osvaldo Arenhart

Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
livio.arenhart@uffs.edu.br

1. Introdução

A temática da educação financeira tem ganhado destaque nas políticas públicas e nos currículos escolares como ferramenta fundamental para a formação de indivíduos autônomos e responsáveis financeiramente (Fernandes; Vilela, 2019). No entanto, essa valorização ocorre em um contexto marcado pela hegemonia do pensamento neoliberal, que transfere para o indivíduo a responsabilidade pelo próprio sucesso ou fracasso econômico (Duvoisin, 2021).

O conceito oficial de Educação Financeira foi definido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005, p. 5), como:

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar e, assim, tenham a possibilidade de contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.



No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi instituída como política pública pelo Decreto nº 7.397/2010, com o objetivo de promover a educação financeira e previdenciária, fortalecer a cidadania, o sistema financeiro nacional e incentivar decisões conscientes dos consumidores. Em 2020, o Decreto nº 10.393/2020 criou a Nova ENEF, que manteve os objetivos anteriores, incorporou a educação securitária e fiscal e instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), responsável por implementar a estratégia, divulgar suas ações e articular a participação de entidades públicas e privadas.

A ideologia neoliberal se reflete nesse modelo, influenciando o ambiente escolar e transformando-o em um espaço de formação de consumidores de produtos financeiros, como apontam Sachs e Salles (2024), demonstra o quanto reforça a distância das classes sociais com a implantação da educação financeira nos atuais moldes.

O neoliberalismo é uma teoria político-econômica que defende a promoção do bem-estar humano por meio da liberdade individual e do empreendedorismo, dentro de uma estrutura com forte proteção à propriedade privada, mercados livres e livre comércio. E, cabe ao Estado garantir e manter essa estrutura institucional adequada, pela qualidade e a integridade do dinheiro (Harvey, 2008).

Diante disso, o problema deste estudo é: por que a educação financeira, como implementada nas políticas públicas brasileiras, permanece alinhada à lógica neoliberal e às instituições financeiras, mostrando-se pouco sensível às desigualdades estruturais e à justiça social? Assim, o objetivo deste estudo é compreender o modelo de educação financeira implementado nas políticas públicas brasileiras, identificando suas limitações frente às desigualdades sociais e propondo caminhos para uma abordagem emancipadora.

Justifica-se, portanto, pela necessidade de problematizar o modelo de educação financeira nas políticas públicas brasileiras, que ao adotar uma perspectiva predominantemente neoliberal, transfere ao indivíduo a responsabilidade por sua condição econômica, desconsiderando as desigualdades estruturais e limitam o acesso a oportunidades reais de escolha e bem-estar.

2. Metodologia

Este estudo possui uma abordagem qualitativa do tipo exploratória. A pesquisa foi desenvolvida por revisão bibliográfica e interpretação de documentos. A análise foi orientada pelos princípios das capacidades e desenvolvimento, com o intuito de



identificar contradições entre o discurso institucional e as reais possibilidades de emancipação social promovidas pela educação financeira, enquadrando-se, nesse ponto, como pesquisa crítica.

3. Resultados e discussão

A lógica neoliberal, com base na análise de Fernandes e Vilela (2019) promove a ideia de independência das pessoas em relação ao Estado, propagando um discurso em que indivíduos bem-sucedidos são aqueles que, por meio de atitudes planejadas e racionais, investiram ao longo da vida e, por isso, podem viver dos rendimentos de seus investimentos, sem necessidade de trabalhar. Para os demais, o trabalho deixa de estar necessariamente vinculado à proteção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo muitas vezes substituído pelo empreendedorismo como forma principal de sustento. Essa perspectiva reforça a valorização da autogestão individual e da responsabilização pessoal, características centrais do ideário neoliberal.

Nesse contexto, a incapacidade da população em compreender e manejar os instrumentos financeiros surge, na visão de Duvoisin (2021), como o principal motivador para a implementação de políticas de educação financeira. Ainda que apresentadas como solução técnica para problemas de ordem econômica, essas políticas atendem, mesmo que de forma implícita, às exigências do capitalismo financeirizado. A educação financeira passa a desempenhar um papel de preparação dos trabalhadores para se adequarem às demandas de nova fase do capitalismo, marcada pela centralidade do mercado financeiro e crescente responsabilização do indivíduo pela gestão de seus próprios riscos e recursos.

Corroborando essa análise, Sachs e Salles (2024) destacam que a inserção da educação financeira nas políticas públicas contemporâneas reforça a lógica financeira e a ideologia neoliberal nos sistemas educativos, contribuindo para a naturalização do modelo econômico vigente. Sob a perspectiva da OCDE, tais políticas promovem valores como o livre mercado, o empreendedorismo, o individualismo e a ampliação do espaço de atuação do setor privado, como observado na valorização da previdência privada. Mas essa abordagem tende a ocultar as contradições estruturais do sistema capitalista, especialmente aquelas relacionadas à exploração do trabalho humano e à desigualdade socioeconômica que dele decorre.

Diante da necessidade de repensar a educação financeira a partir de uma perspectiva voltada a transformação social, Sen (2000) propõe uma abordagem centrada



no conceito de capacidades, compreendidas como as liberdades reais que os indivíduos possuem para viver com dignidade, incluindo o acesso à saúde, à educação e à participação social. O autor traz, também, o desenvolvimento entendido como um processo de eliminação de privações que limitam essas liberdades, sendo a expansão das liberdades individuais tanto um meio quanto um fim desse processo.

No entendimento de Sen (2000), há cinco tipos distintos de liberdades instrumentais que contribuem para a liberdade global das pessoas: (1) liberdades políticas: garantem participação democrática e liberdade de expressão; (2) facilidades econômicas: dizem respeito ao acesso a recursos e ao funcionamento eficiente dos mercados; (3) oportunidades sociais: envolvem o acesso à educação, à saúde e participação social; (4) garantias de transparência: asseguram a circulação de informações confiáveis e combate à corrupção; e (5) segurança protetora: oferece amparo contra situações de extrema vulnerabilidade. Esses elementos são fundamentais para a promoção do bem-estar e da justiça social.

Portanto, a educação financeira deve ser resgatada pelo campo educacional, rompendo com o domínio das instituições financeiras. Isso exige uma análise crítica do contexto atual, marcado pela assimetria de informações, pela mercantilização do ensino, pelo lucro baseado no desconhecimento da população e pela intensificação do individualismo e das desigualdades sociais. Programas muitas vezes promovem uma visão limitada da educação financeira, centrada em poupar ou consumir, negligenciando seu potencial emancipador (Saraiva, 2017). Nesse cenário, torna-se urgente a construção de uma educação financeira crítica e transformadora.

4. Considerações finais

A educação financeira, enquanto campo de estudo e prática, assume um papel crucial na capacitação dos indivíduos para a gestão consciente dos recursos financeiros, o que contribui para a tomada de decisões mais informadas no cotidiano. No entanto, é influenciada por diferentes modelos econômicos e políticos, especialmente o neoliberal.

O neoliberalismo, com sua ênfase na individualização e no mercado livre, moldou a forma como a educação financeira tem sido abordada no contexto brasileiro. Ao focar na responsabilização do indivíduo pela própria gestão financeira, tende a desconsiderar fatores estruturais, como desigualdade social e falta de acesso a recursos, que impactam diretamente a capacidade de muitos de tomar decisões financeiras eficazes.



Porém, à luz da abordagem das capacidades e desenvolvimento de Amartya Sen, torna-se evidente a necessidade de reconstruir essa prática educativa em direção a um modelo emancipador, que promova o acesso real às liberdades substantivas e ao desenvolvimento humano pleno. Para isso, é fundamental que a educação financeira se desvincule do domínio das instituições financeiras e seja ressignificada pelo campo educacional, atuando como ferramenta de justiça social e transformação coletiva.

Referências

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 245, p. 7-8, 23 dez. 2010.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 110, p. 2-3, 10 jun. 2020.

DUVOISIN, L. A. A. Educação financeira, imperialismo e financeirização. **Revista Estudos do Sul Global**, v. 1, 2021. Disponível em: <https://revistaestudosdoglobal.org/>. Acesso em: 02 Jun. 2025.

FERNANDES, L. F. B.; VILELA, D. S. Educação financeira na escola básica brasileira: um olhar sociológico. **Hipátia – Revista Brasileira de História, Educação e Matemática**, v. 4, n. 1, p. 176-186, 2019.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**: recommendation of the council. July 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/>. Acesso em: 01 Jun 2025.

SACHS, L.; SALLES, T. V. Ideologia neoliberal nos materiais de educação financeira do ensino médio do estado do Paraná. **Revista Paranaense de Educação Matemática**, p. 1-26, 2024.

SARAIVA, K. Os sujeitos endividados e a educação financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**.. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.